

CONSELHO DE AUTORIDADE PORTUÁRIA DO PORTO DE IMBITUBA (SC)
ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2019.

Data e Local: 09 de agosto de 2019, às 9h30min, na Sala de Reuniões do CAP - Porto de Imbituba.

Presentes: Os Conselheiros nominados ao final desta ata e também os convidados adiante listados.

Ausentes: Os Conselheiros ausentes justificaram suas faltas.

Convidados: Bruno E. Neves Januzzi, Especialista em Regulação da Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ; Mauro J. Rocha Aguiar, encarregado da Divisão de Segurança do Tráfego Aquaviário, e, Ricardo José Arenhart, Suboficial, da Marinha do Brasil; Gustavo AndresGorigoitia Vega, Supervisor na CRB/Votorantin; Elisabeth Lasala Cidral, Diretora da Lasala Assessoria Aduaneira; Alexandre Pinter, Diretor Administrativo, Comercial e Financeiro, Roberto Luís de Figueiredo Santos Júnior, Diretor Jurídico, Fábio Costa, Gerente de Operações em exercício, Luiz Alberto Franco Moreira, Coordenador de Operações, Thiago Freitas Polachini, Técnico Portuário - TI, Murilo da Silva de Medeiros, Administrativo Portuário, e Géssica da Silva, Agente Administrativo Portuário - Comunicação Social, da SCPAr Porto de Imbituba.

1. COMPARECIMENTO:

Constatado quorum, a Presidente do CAP, a Sra. Rita de Cássia Vandanezi Munck, cumprimentou os Conselheiros e convidados presentes e iniciou a reunião.

2. POSSE DOS NOVOS CONSELHEIROS:

Nesta reunião foram empossados como membros do CAP representantes do Poder Público, indicados pela Secretaria Nacional de Portos e Transportes Aquaviários (SNPTA), a Sra. Rita de Cássia Vandanezi Munck (titular) e o Anderson Moreno Luz (Suplente) designados pela portaria Nº 3.015, publicada no Diário Oficial da União (DOU) em 15 de julho de 2019.

O primeiro ato **da Presidente**, recém empossada, foi esclarecer que, a partir de 2019, devido à política de *Compliance* da SNPTA, além do nome dos indicados, é necessário publicar o CPF dos mesmos. Tal procedimento tem ocasionado a demora na publicação das nomeações no DOU, sendo assim, para que os trabalhos do CAP do Porto de Imbituba não sejam prejudicados, optou-se por convidar a participar como ouvintes os conselheiros que não possuem mandato vigente e que estão aguardando publicação das respectivas nomeações do DOU.

Em seguida, a **secretária Marlei** complementou que foram elaboradas três listas de presença: a dos conselheiros com mandato vigente, a dos conselheiros ouvinte e a dos demais convidados. Por fim, orientou que os presentes assinassem apenas um dos documentos.

3. APROVAÇÃO DA ATA RO 01/2019 :

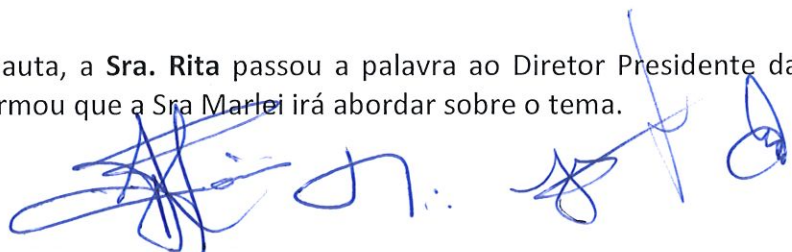
A **Presidente** propôs a aprovação da ata RO 01/2019. Dispensada a leitura, a ata foi aprovada sem objeções e assinada por todos os Conselheiros presentes.

4. CALENDÁRIO DE REUNIÕES:

Adiante, a **Sra. Rita** sugeriu que fosse estabelecido um calendário de reuniões. Após discussões, ficou definido que as reuniões serão mensais, sempre na segunda sexta-feira do mês, a saber: 13 de setembro de 2019, 11 de outubro de 2019, 08 de novembro de 2019 e 13 de dezembro de 2019. Também ficou acordado que os conselheiros podem encaminhar as sugestões de pauta para o e-mail cap@portodeimbituba.com.br até o primeiro dia útil de cada mês.

5. PZD DO PORTO DE IMBITUBA;

Para tratar do terceiro item da pauta, a **Sra. Rita** passou a palavra ao Diretor Presidente da SCPAr Porto de Imbituba, que informou que a Sra. Marlei irá abordar sobre o tema.



CONSELHO DE AUTORIDADE PORTUÁRIA DO PORTO DE IMBITUBA (SC)
ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2019.

Inicialmente, a **Sra. Marlei** informou que, além de atuar como secretária do CAP, também desenvolve atividades relacionadas aos instrumentos de gestão, tais como: Plano Mestre, Plano de Desenvolvimento e Zoneamento (PDZ), Planejamento Estratégico de Longo Prazo (PELP) e Plano de Negócios Anual (PNA). Em seguida, a **Sra. Marlei** mencionou que dois contratos viabilizaram a estruturação do PDZ do Porto de Imbituba, o nº 20/2014 (FAEPESUL) e o 68/2015 (AEROSAT). Ato contínuo, mencionou o fluxo de interação e de troca de informações entre a SNPTA, a Autoridade Portuária e as empresas contratadas.

Adiante, lembrou que a última versão revisada do PDZ (arquivo texto e base georreferenciada) havia sido encaminhada à SNPTA em setembro de 2018. Tais documentos foram analisados e, no início de 2019, os técnicos da SNPTA apontaram a necessidade de alguns ajustes, inclusive na base de dados georreferenciados e orientaram que fosse realizada a conciliação com as informações apresentadas na base de dados georreferenciada com aquelas contidas no documento textual.

Recentemente, a SNPTA, por meio do ofício 19/2019, encaminhou para a SCPAr Porto de Imbituba a Nota Técnica nº 69_2018-CGSSP-DGMPS-SNP-MTPA, a qual, em seu item 5 - Emergência e Contingência, recomenda: *"que sejam inseridas informações atualizadas sobre o status dos planos emergenciais, informando as atividades planejadas (Plano, Vigência, Perspectiva de atualização, Área de abrangência), quais Planos ainda estão em fase de elaboração com cronograma (Informando o planejamento de elaboração e implantação) e que seja informado se o Porto possui Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiro – AVCB."* Em seguida, a **Sra. Marlei** apresentou o Sr. Daniel Plentz, arquiteto, empregado do Porto que também tem atuado nas demandas relacionadas ao PDZ, principalmente quanto à base georreferenciada. Ato contínuo, mencionou que, no momento, após diversas trocas de informações, a Autoridade Portuária está aguardando o recebimento da versão final a ser entregue pelo Consultor Gean, coordenador do projeto junto à Faepesul.

Logo em seguida, esclareceu que o prazo para o envio da nova versão do documento à SNPTA foi prorrogado por dez dias, encerrando-se no dia 21/08/2019. Por fim, a **Sra. Marlei** mencionou que, devido a temporalidade entre processos de elaboração, análise e aprovação do documento, podem ser necessários alguns ajustes.

Na sequência, a **Sra. Rita** sugeriu que sejam direcionados esforços para que seja viabilizada a aprovação de tal documento, considerando a possibilidade de implementar melhorias numa possível revisão. Após, o **Sr. Antonio** solicitou que o CAP fosse constantemente atualizado sobre a evolução das tratativas relacionadas ao PDZ, e, a **Sra. Rita** concordou em retomar tal assunto nas próximas reuniões.

Em seguida, o **Sr. Albert** questionou se os cenários mercadológicos do PDZ consideraram a instalação de dois novos terminais privados que já foram autorizados, o graneleiro na Baía da Babitonga e o de contêineres no Rio grande do Sul (Terminal do Sul do Brasil). Contribuindo para a discussão, o **Sr. Gilberto** informou que o PDZ versa prioritariamente sobre o *layout*, as informações de mercado sobre os estudos de novos terminais são analisados no Plano Mestre. Adiante, o **Sr. Roberto** expôs a necessidade de análises integrativas, ou seja, não pensar apenas na ocupação do espaço terrestre disponível para o arrendamento, mas também em mecanismos para otimizar a ocupação dos berços e evitar filas para a atracação de navios.

Finalizando este assunto da pauta, a **Sra. Rita** indagou sobre as áreas disponíveis para arrendamento. Ato contínuo, o **Sr. Daniel** expôs as áreas tendo como base os arquivos georreferenciados do PDZ que versam sobre tal tema e o grupo discutiu sobre as possíveis ocupações das áreas disponíveis (pequenas e grandes) e a necessidade de reorganizar o *layout*.

CONSELHO DE AUTORIDADE PORTUÁRIA DO PORTO DE IMBITUBA (SC)
ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2019.

atual dos contratos de arrendamento existentes, pois algumas áreas dos mesmos são separados por vias, o que inviabiliza o alfandegamento dos mesmos.

O convidado **Bruno** (ANTAQ) questionou se a SNPTA ainda está considerando o plano de arrendamento proposto há vários anos, o qual contemplava quatro áreas do Porto de Imbituba no Bloco 4. Adiante, explicou que as áreas descritas em tal plano não condizem com a realidade do porto em questão. A **Presidente** do CAP apontou que vários fatores são determinantes para a priorização de estudos de novas áreas para arrendamentos, um deles é a doação pelos possíveis interessados, de Estudos de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental (EVTEA), o que pode agilizar as tratativas.

Por fim, o **Sr. José Márcio** (Receita Federal) alertou que não é possível que a Autoridade Portuária arrende área já com o alfandegamento, ou seja, como não existe a possibilidade de transferência de alfandegamento, é necessário que a área a ser licitada percorra o processo de alfandegamento para o novo arrendatário.

6. PÊRA FERROVIÁRIA NA ÁREA DO PORTO DE IMBITUBA:

Inicialmente, a **Sra. Rita** questionou sobre a malha ferroviária que atende o Porto de Imbituba.

Após o grupo apresentar brevemente como ocorre as operações de trem e os principais tipos de cargas movimentadas, a **Sra. Rita** passou a palavra ao Diretor Presidente da Autoridade Portuária para que este discorrer sobre o tema “pêra ferroviária na área do Porto de Imbituba”.

O **Sr. Jamazi** relatou que recebeu esta demanda da Ferrovia Tereza Cristina (FTC) e tem direcionado esforços para retirar esta ideia do papel. Adiante, informou que existe um grupo de trabalho atuando nesta questão. Ato contínuo, se comprometeu a, na próxima reunião do CAP, convidar o grupo de trabalho e a equipe da ferrovia para apresentar os andamentos dos trabalhos, valores, cronograma e demais informações pertinentes ao tema.

Na sequência, utilizando como imagem ilustrativa o desenho contido no cenário de curto prazo do PDZ, o **Sr. Daniel** resgatou o traçado apresentado pela equipe da FTC para este Conselho na reunião anterior e destacou que a pêra tem como principal objetivo trazer mais segurança e agilidade para as manobras do trem. Informou que está sendo previsto também a construção de dois novos trechos paralelos em linha reta à existente. Por fim, complementou que tal obra também poderá trazer impactos positivos para a relação Porto Cidade.

7. PROCESSOS DE CESSÃO NÃO ONEROSA

Dando sequência à reunião, a **Sra. Rita** mencionou que “a situação das cessões onerosas e não onerosas no Porto de Imbituba” foi tema da 5ª reunião Ordinária do CAP realizada no dia 23 de novembro de 2018, em seguida, questionou sobre os andamentos dos trabalhos. O **Diretor Presidente** informou que este tema tem sido conduzido pelo colaborador Rui Roberti, responsável pelo Setor de Patrimônio da SCPAr Porto de Imbituba.

Em seguida, o **Sr. Daniel** e a **Sra. Marlei** apresentaram as áreas que estão em discussão, e compartilharam as seguintes informações fornecidas pelo Sr. Rui: (1) foram assinados alguns termos, inclusive com anuência da SNP e ANTAQ, conforme Portaria 409/2014/SNP e Res. 07/2016/ANTAQ, sendo eles: Trilha do Farol, Sede dos Bombeiros e Sede PF (NEPOM); (2) Foi informado também que está bastante avançado o processo de Cessão de Uso não Oneroso da área ocupada pela Capela de São Pedro para o Município; (3) será dado início às tratativas relacionadas às áreas ocupadas pelos órgãos intervenientes, ANTAQ, ANVISA, VIGIAGRO, Receita Federal, assim que as atividades relacionadas a atualização do cadastro patrimonial imobiliário do Porto for finalizado.

8. ASSUNTOS GERAIS:

8.1. BR 285

Adiante, o grupo discutiu a evolução da obra da BR 285, o **Sr. Antonio** apontou que o trecho catarinense será inaugurado em breve. Os conselheiros também discutiram sobre os possíveis impactos desta obra na movimentação, principalmente das cargas de grãos agrícolas.

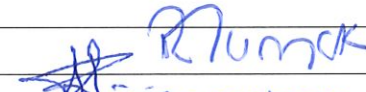
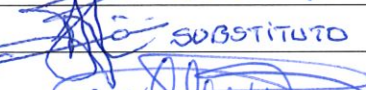
8.2. Cabotagem

Em seguida, o **Sr. Paulo** expôs que um percentual significativo de contêineres chegam até o porto através de transporte ferroviário e destacou o crescimento no volume transportado por meio de cabotagem. Após discussões sobre os impactos da greve dos caminhoneiros e a relação desta com os diferentes modais de transporte (terrestre, aquaviário, cabotagem), a **Sra. Rita** informou que a SNPTA elaborou uma proposta de Medida Provisória que trata da Política Nacional de Cabotagem, que contou com significativa participação de atores do mercado, com abordagem dos problemas e possíveis soluções.

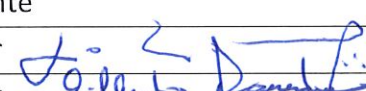
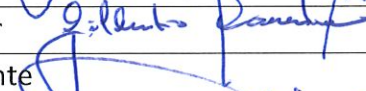
9. ENCERRAMENTO

Desta feita, a Presidente Rita de Cássia Vandanezi Munck franqueou a palavra, os presentes manifestaram boas vindas à nova Presidente do CAP. Em seguida, não havendo mais manifestações, a **Sra. Rita** encerrou a reunião agradecendo a presença de todos. A Secretária do CAP do Porto de Imbituba, Srta. Marlei Goldmeyer, nesse sentido, redigiu a presente Ata para submetê-la à aprovação dos Conselheiros na próxima Reunião Ordinária.

REPRESENTANTES DO PODER PÚBLICO

Rita de Cássia Vandanezi Munck	SNPTA	Presidente	
José Márcio de Souza Duarte	Receita Federal do Brasil	Titular	
Daniel Drobrachinsky Plentz	SCPar Porto de Imbituba	Suplente	

REPRESENTANTES DA CLASSE EMPRESARIAL

Paulo Sérgio Neves Pegas	ABTRA	Suplente	
José Roberto Martins	ABPT	Titular	
Gilberto Barreto da Costa Pereira	SINDOP	Titular	
Antônio Carlos Bandeira Guimarães	AEB	Suplente	

REPRESENTANTES DO PODER PÚBLICO (OUVINTES)

Sonia Pires Inácio	ANVISA	Suplente	
Jamazi Alfredo Ziegler	SCPar Porto de Imbituba	Titular	
Joel Alves	Estado	Titular	

REPRESENTANTES DOS TRABALHADORES (OUVINTES)

José Afonso de Carvalho	FENCCOVIB	Titular	
Cândido Pedro Jorge	FNP	Titular	
Albert Pacheco Ramos	FNP	Suplente	

SECRETÁRIA EXECUTIVA

Marlei Goldmeyer	SCPar Porto de Imbituba	Secretária	
------------------	-------------------------	------------	---